

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E DA PERSONALIDADE DOS FILHOS

Tânia de Barros Salles¹

Bruner de Moraes Miranda²

RESUMO: Atualmente a família é compreendida como um espaço de desenvolvimento e busca da felicidade de seus membros e é nesse ambiente familiar saudável que o indivíduo deve ser amparado emocionalmente. Existem vários outros modelos de família independentemente do casamento e dos laços biológicos, e possuem como base o afeto, que passou a ser o pilar mais importante para o direito de família. Muitas mudanças ocorrem em relação ao desenvolvimento da criança e esta fase desenvolvimental está repleta de aprendizagem, subsidiada desde os primeiros dias de vida pelo pai, mãe, enfim pela família. É importante enfatizar a relevância da família na continuidade deste processo de aprendizagem que se ampliará nos primeiros anos de vida escolar. O objetivo deste trabalho foi identificar a importância dos pais no desenvolvimento emocional e personalidade dos filhos. A metodologia utilizada neste trabalho foi a bibliográfica. Pode-se concluir que a estruturação familiar, fundamental ao desenvolvimento psicológico saudável da criança, não significa exigir a perfeição dos pais, que nunca errem para com os filhos, mas que o casal tenha maturidade suficiente para reconhecer e discriminar suas falhas de conduta possibilitando um contínuo aprimoramento nas relações com seus filhos. As crianças que desenvolveram uma conexão segura com os pais tendem a desenvolver alta autoestima e melhor autoconfiança à medida que envelhecem, já um adolescente, que desde sua infância conviveu num ambiente sem amor, carinho, compreensão e os cuidados necessários, ou seja, uma família desestruturada, estará mais suscetível às influências externas negativas, à mercê de amizades que não serão positivas ao seu desenvolvimento, podendo aí surgir uma personalidade antissocial, comprometendo toda sua estrutura.

Palavras-chave: Pais. Desenvolvimento emocional. Personalidade. Filhos.

1. INTRODUÇÃO

A família é mais do que a soma de seus indivíduos, constitui um grupo de dependência e de apoio, que asseguram sua coerência e coesão. Tendo diversas finalidades, como prover as necessidades materiais e psíquicas de seus membros, conceber e formar o filho até sua constituição como indivíduo, cada um dos genitores transmite uma herança que a criança deverá ajustar ao seu desejo (REIS; PINTO, 2012).

Embora a função biológica tenha sua grande importância, o ser humano precisa também satisfazer suas necessidades psicológicas fundamentais como o amor, segurança, contato físico, atenção e confiança. Pode-se dizer que uma primeira e fundamental função psíquica da família

¹ Graduanda do curso de Psicologia – UNIFUCAMP, tianasalles@unifucamp.edu.br

² Especialista em Psicologia, professor do curso de Psicologia – UNIFUCAMP, brunermoraes@unifucamp.edu.br

é prover a afetividade, indispensável à sobrevivência emocional do recém-nascido, a qual reflete na maturidade psíquica dos demais componentes da família. Nesse sentido, os mecanismos de interação afetiva deverão ser recíprocos (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

Na história da família, a criança sempre exerceu um papel em que a relação de pais e filhos era fincada numa realidade moral e social, quase isenta de sentimentos e afetividade (MARCELLO, 2013). O filho na família patriarcal era mais um elemento de força produtiva, ela se mantinha com a força do trabalho, motivo pelo qual as famílias em sua maioria se formavam por unidade extensa de produção, e como cada membro representava força de trabalho, quanto maior a família, melhores as condições sociais, por isso a procriação era incentivada (LIMA, 2018).

As famílias mudaram muito ao longo dos anos, e conseqüentemente trouxe o afeto e a responsabilidade civil à esfera familiar. Foi deixando de lado a sua forma autoritária, para seguir em busca da felicidade. Essa concepção nos moldes das famílias contemporâneas almeja, a priori, alcançar os interesses afetivos e existenciais dos seus integrantes (SILVA; NUNES; RIBEIRO, 2014).

Com a revolução industrial e o aumento da necessidade de mão de obra, a mulher chegou ao mercado de trabalho, o homem deixou de ser o único provedor para dividir com a mulher tal responsabilidade. As famílias do campo vieram para a cidade à procura de trabalho e se mudaram para casas menores. Estando mais próximos, os vínculos emocionais e o desenvolvimento da personalidade dos filhos também mudaram: o afeto foi valorizado como item essencial e presente durante todo o casamento, se tornando a base das famílias, e o fim dele a dissolução do vínculo (REIS; PINTO, 2012).

Atualmente as famílias já não seguem os mesmos padrões de funcionamento, já não são mais compostas apenas pelos pais e filhos. O que se mantém no tempo são as funções biológica, psicológica e social, que a família deve exercer sobre seus membros, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos, desde seu nascimento. Mesmo com as mudanças ocorridas ao longo dos anos, o passado e o presente são elementos inseparáveis quando se fala em família, o hoje depende do que foi vivido ontem (VALÉRIO; MORAES, 2018).

Assim, o presente estudo visa, por meio de uma revisão narrativa de literatura, identificar qual a importância dos pais no desenvolvimento emocional e personalidade dos filhos, assim como destacar as funções e importância da família para o desenvolvimento da

criança, compreender a participação dos pais no desenvolvimento da expressão das emoções e personalidade de seus filhos.

1.1 JUSTIFICATIVA

Grandes mudanças vêm acontecendo nas famílias ao longo dos anos, com isso a presente pesquisa se justifica, principalmente quando se observa que cada vez mais estudos tem de fato deixado evidente que existe uma parcela considerável de influência da participação dos pais, no desenvolvimento emocional e na personalidade das crianças, e que geralmente traumas e abalos psicológicos da infância, podem interferir nesse desenvolvimento de forma tranquila e natural, podendo tornar o processo muitas vezes, doloroso e definitivo.

Estudos já conduzidos indicam algumas dicas e caminhos que podem ser interessante no processo de intervir junto as famílias, porém pela relevância do tema e por ser polêmico e complexo faz-se necessário constantes estudos sobre esse assunto.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Os pais no desenvolvimento da personalidade dos filhos

Pode-se observar o pensamento de Santos (2011), quando este afirma que a família tem seu próprio crescimento e a criança pequena experimenta mudanças que advêm da gradual expansão e das tribulações familiares. Ela deverá proteger a criança do mundo que, porém, aos poucos vai se introduzindo. Essa introdução gradual do ambiente externo é a melhor maneira de levar uma criança a entrar em bons termos com o mundo mais vasto.

Por natureza os pais de um bebê ou seus cuidadores poderão estar aptos para protegê-lo nesta fase de vulnerabilidade, devendo ser capazes de amar esta criança por atender suas necessidades básicas. A criança, por sua vez, com esses cuidados sente-se aceita no círculo familiar. Conforme a criança vai crescendo, os cuidados vão se modificando e ela vai se tornando mais independente (STEIN, 2014).

Em 1969/1990, Bowlby mostrou que existe um tipo de vínculo social baseado no relacionamento complementar entre pais e filhos, cunhado por ele de apego-cuidado. O apego tem sua própria motivação interna, diferente da alimentação e do sexo, e de mesma relevância para a sobrevivência (RAMIRES; SCHENEIDER, 2010).

Para que a criança desenvolva sua personalidade é muito importante o contato físico com a mãe desde os primeiros momentos do nascimento (SANTOS, 2016). Mas às vezes, por algum problema de saúde, este contato imediato fica impossível. Desta forma, cabe aos médicos pediatras, à enfermagem, uma ação imediata para suprir a falta do contato com a mãe sem que a criança fique prejudicada (LIMA, 2018).

A atenção dos profissionais de saúde nesta primeira fase do desenvolvimento emocional é importantíssima, porque se pode detectar e diagnosticar distúrbios emocionais ainda na infância, até mesmo no primeiro ano de vida. O que muito contribui para um tratamento precoce, que poderá garantir um bom desenvolvimento emocional no primeiro ano de vida do bebê, podendo dar a base para a saúde mental do indivíduo adulto. Tendências inatas ao desenvolvimento dão condições a este bebê de crescer e desenvolver o corpo e certas funções. Mas para o desenvolvimento emocional há de se estabelecer algumas condições para que ocorra de maneira plena e satisfatória (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

A família é de extrema importância desde os primeiros dias de vida de um bebê, para o desenvolvimento de sua personalidade. Este processo ocorre de maneira gradual, e muitas vezes ocorre um retrocesso de volta à dependência materna até a criança atingir mais maturidade e avançar a independência (SANTOS, 2011).

2.2 Os estilos familiares no desenvolvimento emocional dos filhos

Para que a criança tenha um desenvolvimento mental sadio, é necessário que os cuidadores não sejam muito severos na educação, tão pouco muito permissivos, há a necessidade de serem equilibrados e flexíveis. Desta forma poderá ajudar a criança a desenvolver o autocontrole e sua espontaneidade de maneira segura e sadia (SANTOS, 2016).

Por mais complexa que seja a relação e a influência que a família exerce sobre o desenvolvimento da personalidade é possível identificar alguns aspectos que também podem influenciar nele. Entre os determinantes da autoestima estão as práticas educativas que são realizadas com as crianças. Geralmente crianças com elevada autoestima tem pais democráticos que demonstram ao filho seu afeto e aceitação que se interessam por suas pequenas coisas, são sensíveis e receptivos, mas ao mesmo tempo firmes e exigentes (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

Quanto ao controle das emoções, quando os pais procuram mover em seus bebês as emoções positivas e inibir as negativas, fazendo-as rir e se distrair para não chorar, a criança poderá aprender como se expressar emocionalmente e os pais por vez controlam o estado emocional, controle que ela aprenderá. Os pais sensíveis às necessidades da criança costumam prepará-la para enfrentar situações que possam abalar o emocional. Além das práticas educativas familiares o desenvolvimento da personalidade é influenciado pelo que ocorre em contextos e interações extrafamiliares (BARRIOS, 2014).

A tipologia de estilos educativos divide em duas dimensões básicas o comportamento dos pais: o afeto e a comunicação e o controle e as exigências. Essas dimensões se relacionam e poderão dar origem aos estilos educativos. Alguns pais são mais comunicativos, acolhedores, tem sensibilidade para perceber as necessidades e incentivam a expressar essas necessidades enquanto outros são frios, sem afeto, pouco comunicativos (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

A tipologia assumida na educação com os filhos poderá estimular uma característica na personalidade da criança, por exemplo: a) Filhos de pais democráticos: poderão ter autoestima elevada, enfrentarem novas situações, serem persistentes nas coisas que se propõe a fazer, destacarem-se por suas competências; b) Filhos de pais autoritários: têm tendências a desenvolverem uma autoestima baixa, terem pouco autocontrole, submissos e obedientes aos outros, não se relacionarem facilmente, podendo serem agressivos se estiverem no controle; c) Filhos de pais permissivos: Podem ser os mais alegres, porém poderão ser imaturos, incapazes de controlar seus impulsos e pouco persistentes nas atividades que se propõe; d) Filhos de pais negligentes: Têm grande chance de apresentarem problemas com identidade, baixa autoestima, vulneráveis e propensos a experimentar conflitos sociais e pessoais (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

2.2.1 Cognitivo

Segundo os fundamentos de Piaget (1954 apud BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012), a construção do conhecimento ocorre quando acontecem ações físicas ou mentais sobre objetos que, provocando o desequilíbrio, resulta em assimilação ou acomodação. Em outras palavras, uma vez que a criança consegue assimilar o estímulo, ela tenta fazer uma acomodação e após, uma assimilação, quando o equilíbrio é então alcançado.

O processo de assimilação refere-se ao processo cognitivo de classificar novos eventos em esquemas existentes. É a incorporação de elementos do meio externo a um esquema ou estrutura do sujeito. Em outras palavras, é o processo pelo qual o indivíduo cognitivamente capta o ambiente e o organiza possibilitando, assim, a ampliação de seus esquemas. Um fator de grande importância no desenvolvimento cognitivo é que o crescimento em qualquer dos estágios depende fundamentalmente da atividade. O desenvolvimento da capacidade cerebral não está condicionado ao nascimento, é uma função da atividade apropriada, exercitada em cada estágio (SILVA; FABRIZ, 2014).

O processo de estruturação da inteligência, embora não possa ser organizado através do ensino sistematizado, tem a ver diretamente com a experiência. A família desde os primeiros dias de vida da criança deve subsidiar e estimular esta experiência. A criança que realiza ações com objetos, compara, analisa e experimenta, vai aos poucos organizando sua inteligência (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

2.2.2 Cognitivo-social

Para que o desenvolvimento cognitivo- social do indivíduo se dê desde sua infância até a vida adulta, este precisará passar por várias fases. Uma personalidade vital cresce por passar por diversas fases e da capacidade de adaptação às necessidades da vida. Uma família deve educar um bebê, e com isso ser educada por este. O seu crescimento consiste numa série de desafios aos membros da família para que esta sirva às recém-criadas potencialidades de intenção social sobre o bebê (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

Pode-se observar no pensamento de Erikson (1976 apud SANTOS, 2016) que ao nascer, o bebê abandona o ventre materno, e o troca pelo meio social em que irá viver. É este meio e esta sociedade que poderão dar condições para que desenvolva suas capacidades e de maneira gradual se integre a sua cultura, desenvolvendo assim suas capacidades locomotoras sensoriais e sociais.

Portanto, é necessário que a família e os demais cuidadores ajudem a criança a desenvolver um sentimento de autoestima, para que consiga se apropriar do processo de ensino-aprendizagem, tendo a oportunidade de aprimorar suas competências e habilidades que será a base duradoura para a participação cooperativa na vida adulta produtiva (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

2.3 A teoria do apego

Desde o momento do nascimento, o bebê interage com a mãe ou com seu cuidador principal, transmitindo mensagens que expressam suas necessidades e humor (se sente alegria, medo, se tem fome, frio, etc.). A maneira como esse cuidador responderá a essas mensagens é crucial, pois o bebê aprende se pode confiar nele para lhe oferecer segurança e conforto. A qualidade desse relacionamento ao longo do caminho se expande para incluir as expectativas de que a criança desenvolverá para si mesma, para os outros e para o mundo ao seu redor.

O termo "apego" foi cunhado pela primeira vez pelo psiquiatra britânico John Bowlby, que enfatizou que o bebê precisa desenvolver um vínculo emocional com uma ou duas pessoas importantes que o protegerão do perigo. Em outras palavras, o conceito de apego tem dois núcleos 'concorrentes' importantes: por um lado, o bebê busca a proximidade e proteção de seu cuidador, enquanto, por outro lado, ele quer se afastar e explorar o mundo ao seu redor sabendo que esse cuidador estará próximo como uma base segura (SANTOS, 2016).

O tipo de apego que o bebê desenvolverá depende principalmente da resposta do cuidador às suas necessidades. Os pais que respondem adequadamente às necessidades de seu bebê, que está sempre disponível, sensível às suas mensagens e receptiva ao seu desconforto, tende a desenvolver um vínculo seguro com ele. Por outro lado, se esses pais ou cuidadores forem menos receptivos e sensíveis às demandas de segurança e conforto do bebê, se não estiver disponível de forma consistente ou tiver uma maneira um tanto imprevisível de responder às suas necessidades, é mais provável que desenvolvam um vínculo inseguro com ele (RAMIRES; SCHENEIDER, 2010).

O bebê sente que geralmente não consegue prever como o cuidador atenderá às suas necessidades. A criança com tipo de apego inseguro poderá mostrar incapacidade de controlar sua impulsividade, emoções negativas, comportamento antissocial e agressivo enquanto suas habilidades sociais e autonomia possivelmente serão baixas.

3. METODOLOGIA

O procedimento técnico utilizado neste trabalho foi uma revisão narrativa de literatura, esse tipo de material consiste em um conjunto de documentos que permitem identificar os dados utilizados para a elaboração do trabalho (LAKATOS; MARCONI, 2017). A pesquisa

desenvolvida tem por virtude de optar-se por discussões embasadas em trabalhos publicados sob a forma de livros, revistas, artigos, enfim, publicações especializadas, imprensa escrita e dados oficiais publicados na Internet, que abordem direta ou indiretamente o tema em análise.

Conforme entendimento de Lakatos e Marconi (2017) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de possibilitar ao pesquisador abranger uma gama de fenômenos muito maior do que aquela que seria possível na pesquisa de campo. Além do mais, a rapidez e a economia favorecem o aprofundamento a partir do conhecimento de pesquisas já realizadas por outros, através de levantamentos bibliográficos.

As fontes utilizadas para esta pesquisa foram artigos científicos e livros publicados no período de 2010 a 2021, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, sendo: artigos no idioma português, apenas textos completos, selecionadas por meio de pesquisas realizadas em bases de dados eletrônicos no Sistema da Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico e livros de autores como: Valério e Moraes (2018), Santos (2016), Marcelo (2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família tradicional tinha origem num único casamento, viviam geralmente no campo, era numerosa, submetia a mulher e os filhos à autoridade do pai. Os pais apenas passavam aos filhos o necessário que precisavam saber para viver, o que tornava comum os filhos seguirem a profissão do pai. Tudo era em nome da conservação da moral da família, dos bons costumes, onde os pais eram os principais responsáveis pela formação de seus filhos, mas recaindo sempre sobre a mulher a maior responsabilidade (LIMA, 2018).

A partir dos novos contextos familiares, pode-se afirmar que o mundo mudou. Casais passaram a experimentar novos arranjos familiares, embora a velha divisão de papéis se mantenha: geralmente o pai trabalha e por isso não participa da educação das crianças, ficando sob responsabilidade da mãe, que mesmo trabalhando fora, ainda resiste em abandonar o que fez durante tanto tempo, as vezes não conseguindo se desligar de seu papel tradicional (SANTOS, 2016).

A cada dia que passa, são perceptíveis novos tipos de família (pais homossexuais, recasamentos, produção independente, etc.), nas quais as pessoas que nelas convivem, são transformadas em seu dia a dia, tendo que se despir de preconceitos anteriormente

estabelecidos, para que possam conviver de maneira harmoniosa, contribuindo assim para a evolução tanto do ser humano, como da família em geral (SILVA; FABRIZ, 2014).

Pode-se concluir a partir do exposto, que a família é algo que está em constante transformação. De acordo com Silva e Fabríz (2014) mesmo com novos arranjos familiares o desejo de ter um filho persiste e esse desejo é uma coisa, o projeto de ser pai é outra bem diferente, mas que também preexiste à concepção do filho. A forma como cada um se projeta como pai ou mãe pode se relacionar diretamente com os pais que os próprios tiveram, ou ainda com outros modelos parentais (VON FRITSCH; OLIVEIRA; BEHLAU, 2011).

Stein (2014) atribui razões diferentes à decisão de ter filhos. Quando duas pessoas se unem e geram um filho, constroem uma nova família a partir de duas famílias distintas, a qual será conseqüentemente a desta criança, e que poderá influenciar positiva ou negativamente na formação de sua personalidade e história de vida.

Algumas mulheres querem ter filhos só para poder experimentar a sensação de engravidar; alguns homens querem ter filhos para mostrar sua virilidade; alguns casais desejam ter filhos para realizar a vontade dos pais; outros geram uma criança para tentar salvar um casamento em ruínas; outros porque estão se sentindo muito solitários ou deprimidos, outros porque perderam um filho e querem colocar outro no lugar da criança que se foi, e assim por diante (STEIN, 2014).

É importante saber como a criança foi concebida, em que contexto, se foi planejada, se foi por muito tempo esperada, ou se chegou de forma imprevista, trazendo angústia, decepção e tristeza. Podendo depender muito de todos esses fatores seu desenvolvimento e vida futura, pois quando uma criança não é esperada na maioria das vezes não será recebida com a felicidade que merece (VALÉRIO E MORAES, 2018). A história anterior ao nascimento do bebê sempre estará presente em sua vida, pois faz parte da história de seus pais, que transmitirão a dado momento. Nenhum ser humano nasce e vem ao mundo sem já ter um histórico vivido por seus pais (STEIN, 2014).

Conclui-se que o nascimento de uma criança poderá ocasionar uma mudança no emocional do casal, e a partir daí começa uma nova família, onde o bebê em uma troca de afeto com seus pais irá desenvolver-se, e caso seja essa uma família estruturada, poderá ter sua personalidade equilibrada e saudável.

O sentimento de afeto que os pais passam ao bebê poderá ter uma grande influência na vida deste, pois para que tenha um desenvolvimento psicológico saudável é fundamental que

se sinta amado. É indispensável que o bebê descubra que o mesmo ser que lhe frustra é quem o gratifica, o mesmo ser que lhe desperta raiva é quem lhe desperta amor, o mesmo ser de quem se afasta, é para quem deseja voltar. O modo como os pais correspondem às necessidades do filho, estimulando-o ou inibindo-o, premiando-o ou castigando-o, poderá fornecer as condições básicas para o desenvolvimento de uma personalidade harmônica e sadia, capaz de estabelecer e de manter relações satisfatórias (VALÉRIO; MORAES, 2018).

A mãe deverá ser a primeira pessoa a estabelecer vínculo com o bebê. Desde a gestação esse vínculo já começa a existir, devendo ser ela uma base para a vida da criança. Mesmo depois do nascimento, poderá continuar sendo ela quem estará à frente de seu desenvolvimento, estando em contato constante, satisfazendo todas as necessidades da criança. Essa extrema dependência faz com que, na mente infantil, a figura do cuidador principal se agigante e se torne muito poderosa (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

Conforme Valério e Moraes (2018) a função materna consiste em afastar ou em suprimir os estímulos dolorosos, por meio da satisfação das diversas necessidades físicas e emocionais da criança. Uma vez que o bebê identifica o objeto que proporciona alívio e prazer, ele passa a exercer uma atração irresistível para o mesmo.

De acordo com Santos (2016) a função materna acontece quando se pega o bebê no colo e se dá aconchego nas horas de tristeza, de dor, ou apenas quando só quer colo, quando protege, cuida da roupa ou da alimentação, entre muitos outros. Portanto, a função materna tanto pode ser exercida pela mãe, como por qualquer outra pessoa da família que venha a exercer esses cuidados. Conforme prenuncia Bowlby (1989, p. 21), “Desde o momento em que o bebê nasce, toda a atenção se volta para ele. Tudo que se refira ao bebê tende a chamar a atenção não só dos pais, mas também, de todos os que estiverem presentes”.

Para assumir sua função materna, a mãe deve estar preparada para satisfazer de imediato às necessidades de seu filho, procurando saber de tudo o que pode vir a acontecer, para que assim possa contribuir para um desenvolvimento saudável, sem problemas para a formação de sua personalidade (VON FRITSCH; OLIVEIRA; BEHLAU, 2011).

O estabelecimento da relação mãe-filho, não depende exclusivamente das características da mãe, mas também do recém-nascido. Sua aparência ao nascer, sua extrema fragilidade, sua falta de controle dos processos fisiológicos, a expressão indefinida de suas emoções, a imaturidade das funções sensoriais e motoras, tudo isto requer uma grande habilidade, paciência e cuidados maternos (Santos, 2011). “A velocidade e eficiência com que esses diálogos se

desenvolvem e a satisfação mútua que eles geram mostram claramente a pré-adaptação de cada participante para essa troca” (BOWLBY, 1989, p. 22).

Para a mãe que teve seu primeiro filho, é bastante difícil evitar a ansiedade diante de tantos estímulos novos que lhe proporciona o recém-nascido. Mesmo assim há sempre algo novo a experimentar com o nascimento de mais um filho, pois os recém-nascidos se diferem entre si, quanto à constituição e ao temperamento. Então, uma mãe terá que saber lidar com filhos, uns mais agitados, outros mais acomodados, outros mais irritáveis e desajeitados, uns fortes e outros mais imaturos (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

Ante o exposto acima, pode-se perceber a grande responsabilidade da mãe perante seu bebê, principalmente se for seu primeiro filho, o que exigirá muito mais de si. Terá que enfrentar sua inexperiência materna, dificuldades internas, controlar as pressões do meio e compreender o significado das comunicações do recém-nascido ((SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

Ao longo do tempo a mãe irá adquirindo experiência e desfrutará cada momento de sua maternidade. Mas como não é só a mãe a responsável pelo bebê, abaixo será exposto algo sobre a importância do pai na relação com seu filho. Segundo Stein (2014) somente nos últimos anos destacou-se a importância da figura paterna desde o momento da concepção, pois o fato da criança ter sido desejada e planejada repercute na vida emocional do feto e no seu desenvolvimento.

O papel do pai na vida da criança também é de grande importância, embora não seja tão requisitado pelo bebê no início de sua vida, quanto à mãe é, pois nessa fase ainda estará apenas satisfazendo sua necessidade básica de sobrevivência, a qual poderá ser a mãe é a pessoa mais indicada para ajudá-lo. De acordo com Afonseca, Martins e Pires (2011) a importância da existência de um pai ou substituto se dá pelo fato de que, a partir deste, a criança constrói seu modelo de identidade masculina.

A função paterna geralmente significa lei, organização, estrutura, palavra, autoridade, está ligada à crescimento, devendo levar à aprendizagem e ensinar regras e limites (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012). A participação do pai poderá salvar o bebê, quando a mãe é dominadora, voraz ou rejeitadora, mas também poderá salvar da tendência ao acomodamento a uma situação conhecida, segura e confortável. Então, o pai exerce sobre o bebê uma atração para o mundo, puxa-o para fora da redoma em que se encontra (AFONSECA, MARTINS E PIRES, 2011).

É importante que o pai participe dos cuidados com o bebê, ajudando diariamente, pois isso fortalecerá a ligação entre o casal, fazendo com que tenham um ambiente de dedicação e companheirismo, em busca do que é melhor para a criança (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012). O papel do pai é tão necessário quanto o da mãe e cada um deve desempenhar a sua parte da melhor forma possível, pois os resultados dessa união poderão surtir efeitos no futuro de seus filhos.

Diversos autores como Marcelo (2013) e Lima (2018) atribuem problemas psicológicos de crianças e adolescentes ao contexto familiar desestruturado no qual se desenvolvem. Na literatura, a afirmação comprovada por diversas pesquisas é de que a falta de uma estrutura familiar com padrões saudáveis poderá acarretar consequências negativas ao desenvolvimento dos filhos. São encontrados termos diferentes para se referir às dicotomias da estrutura de uma família, tais como estrutura familiar e desestrutura familiar, estrutura ajustada e estrutura desajustada, estrutura funcional e estrutura disfuncional, embora tais termos possuam o mesmo significado.

Segundo Valério e Moraes (2018) para que uma organização de qualquer natureza sobreviva, faz-se necessário uma distribuição de papéis e de funções, bem como o estabelecimento de regras e normas. Uma família pode ser entendida como um grupo com história, pois as relações, sejam elas funcionais ou disfuncionais, tendem a ser duradouras e são importantes para o desenvolvimento psíquico das partes envolvidas.

Por estrutura familiar pode-se entender a quantidade de pessoas que moram na casa e suas respectivas funções. Ela se apresenta de diferentes maneiras, como o fato de os progenitores estarem vivos ou ter havido óbito dos mesmos, divorciados, separados ou dividindo moradia com outros parceiros, dentre outras. A estrutura de uma família tende a ser muito importante, tanto para o amadurecimento do próprio casal, como para o desenvolvimento dos filhos (VALÉRIO; MORAES, 2018).

Para Barrios (2014) a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera por meio de padrões que irão estabelecer como, quando, e com quem se relacionar, sendo que esses padrões reforçam o sistema.

Existem diversos padrões familiares, alguns ajustados, onde as influências dos pais podem ser positivas para os filhos e outros padrões que poderão ser desajustados, em que talvez possa haver influências maléficas e altamente prejudiciais para a criança, podendo determinar

negativamente a formação do seu eu e de seu caráter, com consequências que poderão se manifestar desde a infância e são acentuadas em sua adolescência (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

Afonseca, Martins e Pires (2011) utilizam o termo família funcional para referir-se à família ajustada ou estruturada. A família funcional funciona como um continente, uma base para o indivíduo, protegendo e possibilitando a cada um de seus membros a experiência individual de ser pertencente. Cada membro é respeitado, estimulado a desejar o seu crescimento, a realizar-se e a integrar-se com outras pessoas.

Porém para Ramires; Scheneider (2010) a família funcional é aquela que permite ao indivíduo seu desenvolvimento normal e sadio, sem pressões, mas com todo o cuidado, entendendo que cada pessoa tem o seu momento e esse merece ser respeitado. Na relação com os filhos, sejam crianças ou jovens, existe respeito pelas opiniões, sentimentos e desejos dos mesmos, os quais não sentem os pais como autoritários, e quando perguntados sobre quem é o chefe da família, respondem que varia com a situação (BARRIOS, 2014).

Na família funcional o indivíduo tem a liberdade para agir e decidir sobre seus desejos, sabendo quais são suas consequências e que tomar a atitude correta poderá implicar em crescimento. A liberdade de ação e decisão não é sinônimo de que cada membro da família pode fazer o que bem entende. Na família funcional também existem normas, mas essas são flexíveis, podendo ser discutidas e, por vezes, modificadas (SANTOS, 2011).

Na família desajustada ou disfuncional, ao contrário da família funcional, as regras são rígidas, inflexíveis (MARCELLO, 2013). Nesse tipo de família poderá haver a presença de desequilíbrios, que poderá ou não ser transformados ao longo do tempo. Nesse contexto familiar, os pais ou os cuidadores principais também são capazes de promover o crescimento de crianças saudáveis, que podem se encaminhar no sentido da autonomia e independência, mas que também podem acabar falhando como marido e esposa, o que por vezes poderá acabar acarretando problemas aos filhos que convivem com os conflitos (BARRIOS, 2014).

Em uma família, as pessoas acabam exercendo pressão umas sobre as outras, em constantes trocas recíprocas, por meio das quais simultaneamente podem sofrer e exercer influência. As relações de troca e reciprocidade ocorrem a todo instante, e os filhos, por vezes devido à sua imaturidade, poderão acabar sendo influenciados pelos pais e pelos acontecimentos do seu ambiente familiar (MARCELLO, 2013).

Na família disfuncional existem pais que interferem de modo excessivo, não permitindo que a criança percorra normalmente o seu caminho evolutivo. Já em outros casos, os pais pecam em suas funções por interferirem de menos, não possibilitando ao filho um ambiente estimulante, nem o incentivo e a orientação necessários ao seu bom desenvolvimento. Interferindo excessivamente ou de menos, relacionando-se de forma rígida, severa, superprotetora ou perfeccionista, rejeitando ou maltratando o filho, esses pais podem traumatizar a criança e abrir as portas para um desenvolvimento doentio (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

A partir do exposto, é perceptível que tanto o excesso de cuidados quanto a falta dos mesmos por parte dos pais ou cuidadores poderão acarretar consequências no desenvolvimento de seus filhos. Essa noção gera muita responsabilidade e torna os cuidados para com os filhos algo muito importante, que deve ser constantemente refletido.

Nos dias atuais podem-se perceber várias características de uma família desestruturada, tais como: separação dos pais, recasamento, abandono por parte do pai ou mãe, perda de contato com um dos pais, pais negligentes, patologias na família, condições econômicas precárias, alcoolismo, violência, entre muitas outras que estão constantemente surgindo (SANTOS, 2011).

A desestrutura familiar inclui também os conflitos conjugais, por meio dos quais os pais podem influenciar a criança não somente pelo seu comportamento individual, mas também por suas relações conjugais. A criança em crescimento ainda não tem seu psiquismo formado e, muitas vezes, a força de seu ego não é suficiente para enfrentar as tensões provocadas por seus mundos interno e externo (BARBIERI; PAVELQUEIRES, 2012).

A tensão de conviver com pais em conflito pode afetar o desenvolvimento do sistema nervoso autônomo da criança, o que, por sua vez, determina a capacidade da criança de enfrentar as situações que surgem. Além de dar aos filhos um tratamento inadequado, os pais em fase de tensão conjugal dão também um mau exemplo de como relacionar-se com os outros, pois crianças que veem seus pais se tratando com agressividade ou desprezo são mais propensas a exibir este tipo de comportamento no trato com os amigos. As crianças podem seguir o exemplo dos pais, acreditando que com agressividade se consegue o que quer (AFONSECA; MARTINS; PIRES, 2011).

Crianças que presenciam cenas violentas de medo, angústia e insegurança, tendem a isolar-se, passam horas no quarto, quase não falam e outras podem aumentar a solicitação dos

pais ou adoecer. Nesses períodos, as pais perturbados com seus conflitos nem sempre percebem ou atendem as necessidades do filho (BARRIOS, 2014). Crianças que testemunham violência em casa, estão mais predispostas a reproduzir, quando adultas, relacionamentos disfuncionais com suas próprias famílias (REIS; PINTO, 2012).

Estudos experimentais realizados em laboratório, com famílias de crianças pequenas, mostram que filhos de pais cujo relacionamento se caracteriza por uma atitude crítica, defensiva e desdenhosa, tendem a manifestar comportamento antissocial e agressivo para com os colegas. Além disso, essas crianças podem ter mais dificuldade de regular as emoções, de concentrar-se e de acalmarem-se quando aflitos (REIS; PINTO, 2012).

Os conflitos conjugais e o divórcio podem colocar a criança numa trajetória que leva a sérios problemas futuros, os quais podem começar na infância com agressividade e deficiência de habilidades interpessoais, levando a um sentimento de rejeição (RAMIRES; SCHENEIDER, 2010). A deterioração da relação conjugal pode levar a práticas disciplinares inconsistentes e à reprodução de práticas abusivas na relação entre pais e filhos, sendo que muitas vezes, além da criança testemunhar o conflito entre os pais, também pode se tornar vítima dos mesmos (AFONSECA; MARTINS; PIRES, 2011).

Constatou-se por meio de pesquisa, que a violência doméstica contra a criança e ao adolescente, pode ser antecedida pela violência conjugal, em que as vítimas dos maus-tratos são, em sua maioria, as mulheres (SANTOS, 2011). Dessa forma os filhos tendem a manifestar os comportamentos aprendidos dos pais por meio dos conflitos conjugais, como por exemplo, comportamentos agressivos no convívio em outros meios, como a escola, e a ter deficiência de habilidades sociais (VON FRITSCH; OLIVEIRA; BEHLAU, 2011). Subentende-se que os conflitos conjugais aos quais os autores se referem, embora não os conceituem, são discussões e brigas que variam em grau, podendo manifestar-se por meio de violência física.

As crianças que têm cuidadores totalmente imprevisíveis que fornecem cuidados de baixa qualidade, poderão desenvolver um tipo desorganizado de apego. Normalmente são ambientes onde os pais são usuários abusivos de substâncias, com transtornos psiquiátricos ou violentos e abusadores. Nesse caso, o pai poderá se tornar uma fonte de consolo e medo ao mesmo tempo e, a criança talvez não consiga prever seu comportamento (ABREU, 2019).

O tipo de apego que um bebê desenvolve para o cuidador principal é importante, pois poderá determinar não apenas o desenvolvimento da primeira infância, mas também mais tarde na idade adulta. Muitos estudos mostraram que crianças com apego seguro apresentam

realizações e sucessos mais significativos, adaptação emocional, social e comportamental mais eficaz e melhores relações sociais do que crianças com apego inseguro ou desorganizado (MENDES; ROCHA, 2016).

A partir do desenvolvimento sobre o tema e das contribuições de diversos autores como Santos (2016) e Valério e Moraes (2018), é possível afirmar a importância da família na vida da criança ou adolescente. A desestruturação familiar pode acarretar decorrências no desenvolvimento psicológico saudável da criança ou adolescente que convive em tal ambiente.

Para que haja uma estruturação familiar, é importante que o casal seja bem-sucedido interiormente, conseguindo vencer as barreiras pessoais e interpessoais, alcançando um grau de ajustamento nas várias esferas da vida em comum, em que possam integrar suas identidades sem perder a individualidade, dividindo funções ou papéis que se complementam (REIS; PINTO, 2012).

Uma família estruturada poderá transmitir à criança, desde as primeiras fases, o afeto, fundamental para um desenvolvimento psicológico saudável. É fundamental que a criança se sinta amada (REIS; PINTO, 2012). Na família estruturada, sentimentos de segurança, contato físico, atenção e confiança poderão ser transmitidos (MARCELLO, 2013). Essa família com regras flexíveis, que podem ser discutidas e modificadas, poderá possibilitar autonomia e independência nos filhos, pois os pais respeitam suas opiniões e os incentivam a tomar decisões por si mesmos e assumir as consequências das mesmas (AFONSECA; MARTINS; PIRES, 2011).

4.1 Os pais no desenvolvimento da expressão das emoções de seus filhos

Desde o nascimento é possível observar reações de emoções de agrado ou desagradados nos bebês. No fim da primeira infância (2 ou 3 anos) além das emoções básicas as crianças demonstram emoções mais complexas progressivamente entre as mais importantes: vergonha, orgulho e culpa. Aparecem ligadas ao desenvolvimento do eu e da autoconsciência, nas relações com os iguais e na adaptação das normas e valores (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

Para que a criança se sinta orgulhosa ou culpada, por exemplo, três fatores são determinantes: a) conhecimento das normas, pois precisa saber o que é certo ou errado; b)

avaliação da conduta em relação as normas e valores, a criança deve conseguir se autoavaliar; c) êxito ou fracasso para se ajustar as normas e valores.

Próximo aos três ou quatro anos de idade, o domínio da linguagem da criança influi no desenvolvimento emocional, pois ela passa a comunicar e rotular os estados emocionais, transformando as emoções globais em emoções específicas. Conforme a criança vai se desenvolvendo as emoções vão se diferenciando, mudam as situações que provocam certas emoções, e elas são expressas mais intensamente e rapidamente (SILVA; NUNES; RIBEIRO, 2014).

A cólera e o aborrecimento estão presentes desde o primeiro ano de vida, entre os dois aos seis anos, as situações que costumam provocar esse tipo de sentimento estão principalmente ligadas aos conflitos com os iguais (fatores externos). Outra emoção que aparece nessa idade é o medo (fator externo) (STEIN, 2014).

Por estarem relacionados ao desenvolvimento da personalidade, é importante também descrever sobre os Transtornos de Personalidade (TP). Essas perturbações são mais enraizadas e, conseqüentemente, de mais difícil tratamento e limitado prognóstico. Frente à sociedade, estes indivíduos frequentemente são percebidos como excêntricos, imprevisíveis e ansiosos além do limiar da normalidade, pois se afastam acentuadamente das expectativas da cultura em que o mesmo está inserido (SILVA; NUNES; RIBEIRO, 2014).

Pouco se sabe a respeito das exatas causas dos TP. Fatores genéticos, constitucionais, biológicos, ambientais e culturais têm levantado hipóteses etiológicas casuais. Um modelo para o desenvolvimento dos TP pode envolver a interação entre suscetibilidade herdada e fatores ambientais, como os maus-tratos na infância (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

Diversas linhas de pesquisa vêm buscando compreender os fatores etiológicos associados aos inúmeros transtornos psiquiátricos (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013). Neste contexto, os TP são categorias diagnósticas reconhecidas por apresentar diversos fatores etiológicos que incluem temperamento, devido a marcadores constitucionais (fatores herdados), fatores de anormalidades neurobiológicas e fatores relacionados ao ambiente, associados principalmente a vivências e relações psicossociais. Assim, pode-se considerar que múltiplos fatores se correlacionam para constituírem uma personalidade disfuncional.

Quanto à interação que o indivíduo estabelece com o meio ambiente, uma importância especial tem sido dada aos relacionamentos primitivos, devido à sua influência na formação do

núcleo de sua personalidade. Sabe-se que a negligência e os maus-tratos recebidos por uma criança em que o cérebro está sendo esculpido pela experiência, induz a uma anomalia da circuitaria cerebral, podendo conduzir à agressividade, hiperatividade, distúrbios de atenção, delinquência e abuso de drogas (SILVA; NUNES; RIBEIRO, 2014).

Em relação a influência ambiental, pode-se destacar sobre a teoria do apego que é um conceito muito influente sobre o desenvolvimento social e emocional, ela enfatiza o papel das interações precoces entre mãe ou cuidador primário e bebê na organização da personalidade e saúde mental. Essa teoria postula que indivíduos com perturbações no desenvolvimento do apego seguro, podem apresentar maior risco de desenvolver transtornos psiquiátricos gerais, e que tais interações sociais poderão ser o papel chave especial no desenvolvimento, sobretudo, da personalidade (SCAGLIA et al., 2018).

A experiência de separação também pode ser associada aos TP, na medida em que crianças isoladas dos cuidadores tendem a demonstrar maiores dificuldades posteriores na formação de vínculos afetivos, assim como estão mais propensas a desenvolverem traços de desadaptação social.

Não obstante, no que diz respeito aos fatores psicossociais, existe um consenso atual na comunidade científica de que as exposições precoces a eventos adversos exercem um impacto significativo em diversas áreas do funcionamento, além de serem fatores que podem predispor o aparecimento de transtornos psiquiátricos (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

Ainda em relação aos fatores ambientais, pode-se sugerir que crianças que tem pais com TP Antissocial, tendem a aderir a tais comportamentos antissociais por modelagem, visto que frente à conduta fria e distante que os pais têm para com seus filhos, os mesmos recebem uma aprendizagem defeituosa de interação social e acabam por segui-la.

Da mesma forma, a incapacidade de esperar pela gratificação aprendida no ambiente familiar também pode vir a desenvolver atos impulsivos e descontrolados já na infância. Contudo, conflitos entre os pais, abuso sexual e físico além da institucionalização, também são fatores que podem ser associados ao surgimento dos TP (SILVA; NUNES; RIBEIRO, 2014). De acordo com essas evidências, pode-se concluir que o ambiente é um dos principais fatores esculptores da personalidade humana.

4.2 Compreensão e controle das próprias emoções

Embora a criança desde bebê expresse emoções, não significa que ela entenda o significado que há nelas. É com a experiência cotidiana que ela aprende os estados emocionais. Por exemplo, quando ela ganha um presente ela toma conhecimento do que é a alegria, e quando é castigada, o que é tristeza. A avaliação que a criança faz é um balanço entre os desejos e os resultados obtidos. Assim, a título de exemplo, embora o roteiro seja castigo-tristeza, o impacto emocional depende de o castigo consistir em retirar algum privilégio ou algo que é importante (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI, 2018).

A partir dos quatro ou cinco anos que aparece essa avaliação dando sentido as emoções, de modo que a criança entende e explica a emoção relativa a situação: o que deseja - o que consegue; a meta - o resultado. O controle e a compreensão emocional são relativos a capacidade que a criança desenvolve para esconder suas emoções, aprendendo a diferenciar o que sente e o que expressa (VALÉRIO; MORAES, 2018).

Há duas etapas na compreensão e expressão das emoções: Primeira etapa: entre os três ou quatro anos, as crianças começam a esconder suas emoções. Exemplo: quando recebem um presente que não lhes agrada mas sorri. Fazem porque os pais ensinaram não porque são dissimulados ou pensaram para isso. Segunda etapa: Entre os cinco ou seis anos, onde as crianças já entendem a diferença entre o que sentem e o que demonstram, assim começam a esconder os sentimentos para confundir os outros não só para ajustarem-se as normas (VON FRITSCH; OLIVEIRA; BEHLAU, 2011).

O sentimento é uma experiência psicológica intensa. É o que uma pessoa sente quando avalia um evento de uma forma específica e provoca mudanças tanto no nível físico quanto no comportamental. As emoções são úteis e importantes para o desenvolvimento e sobrevivência, pois fornecem informações sobre os mesmos e o mundo que os rodeia. Colocam em contato com as necessidades e desejos e motivam a agir de forma específica. São elementos estruturais da identidade e acompanham em todas as circunstâncias da vida (LIMA, 2018).

É importante que os pais validem e aceitem os sentimentos da criança, depois de ajudá-las a entender o que está acontecendo. A validação da emoção contém uma declaração de que é uma emoção normal que emerge ("é natural ficar triste, porque quebrou o seu brinquedo", "Entendo porque estou bravo") e aceitação significa que se permitem que todas as emoções surjam, sem tentar suavizar as mais difíceis ("não importa se está com medo", "todos irão sentir medo às vezes") etc. (REIS; PINTO, 2012).

Quando um pai consegue aceitar a experiência emocional de seu filho, ele poderá aprender que o que está sentindo tem valor e que existe alguém que entende sua situação e pode apoiá-lo. Poderá aprender a confiar nas pessoas, a contar com sua ajuda e, a longo prazo, a criar relacionamentos interpessoais saudáveis (SCAGLIA; MISHIMA-GOMES; BARBIERI,2018).

As crianças que apresentam estabilidade emocional podem internalizar a sensação de segurança e, aos poucos, aprender a se acalmar e a se sentir seguras, mesmo na ausência dos pais. Gradualmente, eles poderão aprender a confiar em si mesmo e em sua voz, construir uma autoimagem positiva, adquirir a capacidade de refletir e se autorregular, bem como as habilidades de resolução de conflitos.

Para que os pais potencializem o desenvolvimento emocional dos filhos, é importante, antes de tudo, cuidar de si e da própria saúde emocional. Desta forma, eles adquirirão a força, mas também as habilidades para atender aos requisitos de seu papel de pais. O papel dos cuidadores principais é particularmente importante no desenvolvimento da saúde emocional das crianças. São eles que ajudarão as crianças a aprender a reconhecer, aceitar e dar nome às suas emoções, a regulá-las de forma eficaz, a expressá-las e a geri-las de forma saudável (SANTOS, 2016).

A empatia é uma habilidade fundamental a qual todos os pais precisam ter para serem eficazes em suas funções. Isso significa que podem se colocar no lugar da criança e ver a situação com seus próprios olhos. Portanto, antes de correr para dizer a uma criança como ela deve se sentir (“não fique com raiva”, “não tem razão para se sentir assim”, “não aja como um bebê”), primeiro precisam ouvi-la e tentar entender seu estado emocional (SILVA; FABRIZ, 2014).

Quando os pais dão espaço e tempo para compreender as reações emocionais dos filhos, são capazes de desempenhar a função de espelhamento parental. Ou seja, expressar verbalmente a emoção que emerge no comportamento da criança. Então, podem dizer: “parece cansado”, “parece que está bravo com seu irmão”, “parece ansioso com o concurso de amanhã” etc. (VON FRITSCH; OLIVEIRA; BEHLAU, 2011).

Através do espelho eles fortalecem o processo de auto-observação e gradativamente a capacidade da criança de colocar em ordem sua realidade interior. O espelhamento para ser eficaz precisa ser consistente com o estado mental da criança. Nos casos em que o pai não consegue decodificar um comportamento, ele precisa se distanciar um pouco e pensar no que está acontecendo na vida da criança em geral, mas também investigar com a criança. Por

exemplo, ele pode dizer "parece triste, aconteceu algo que o deixou triste?", "O que o preocupa?" (STEIN, 2014).

Em seguida, os pais precisam ajudar a criança a controlar a emoção. Ensinar maneiras eficazes de expressar sua raiva, para se acalmar quando está chateado, para retornar à sua segurança quando está com medo, para receber alívio quando está triste, para controlar a frustração, para controlar seu impulso e para expressar seu estado emocional em geral (SILVA; FABRIZ, 2014). Os pais fazem tudo isso não apenas por meio do que dizem aos filhos, mas principalmente de forma experiencial, por meio do controle do próprio estado emocional. É por isso que não faz sentido dizer a uma criança como se comportar quando está com raiva, quando a mesma tem explosões de raiva na frente dela.

Também é muito importante que os pais tranquilizem e apoiem os filhos. Lembra-los de que estão lá para os ouvir, para os ajudar e para lhes dar segurança. Algumas palavras úteis são: "Sinto muito que se sinta assim", "deixe-me ajudá-lo", "juntos encontraremos um caminho", "está seguro", "Estou aqui", "venha e abrace me".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar a importância dos pais no desenvolvimento emocional e personalidade dos filhos, a primeira constatação, a partir da literatura, é que a família, tradicionalmente o pai e a mãe ou o cuidador principal, realmente exerce uma influência significativa no desenvolvimento emocional e da personalidade de seus filhos, seus valores, crenças e vida social. Nenhum ser humano é constituído sem sofrer influência de sua família ou de seus cuidadores, pois a criança está aberta a todos os estímulos que lhes são transmitidos, sejam positivos ou negativos.

Os filhos que desenvolvem uma conexão segura com os pais tendem a desenvolver alta autoestima e melhor autoconfiança à medida que envelhecem. Essas crianças também tendem a ser mais independentes, ter melhor desempenho na escola, ter relacionamentos sociais mais bem-sucedidos e sentir-se menos deprimidas e ansiosas.

Pessoas que têm um apego seguro a seus cuidadores quando bebês e crianças pequenas se sentem capazes de contar com os outros e têm um senso de valor. Podendo tornar-se adultos confiantes, resilientes independentes e bem-sucedidos. Podem eles ter relacionamentos mais felizes e saudáveis. As crianças que não têm uma figura parental, como as que crescem em

orfanatos, muitas vezes não desenvolvem o senso de confiança necessário para estabelecer uma conexão segura. Quando os cuidadores respondem com rapidez e consistência às necessidades das crianças, as crianças aprendem que podem contar com as pessoas que cuidam delas, o que é fundamental para o vínculo e a sensação de segurança.

A ideia central da teoria do apego é que os cuidadores infantis que estão disponíveis e respondem às necessidades da criança permitem que ela desenvolva um senso de segurança. A criança sabe que é dependente do cuidador, o que cria uma base segura para que ela possa explorar o mundo. Os laços que se desenvolvem durante a infância com os cuidadores podem ter um grande impacto em vidas posteriores.

Na prática as crianças com apego seguro por parte dos pais desenvolvem um vínculo forte e emocionalmente importante com a pessoa que cuida delas e com isso atendendo suas necessidades. Sente alegria e satisfação, emoções que se desenvolvem não só no bebê, mas também nos pais.

A mãe dedicada transmite e ensina seu filho a confiança, solidariedade e a sensibilidade. O bebê se sente seguro e confiante para explorar o ambiente. É visto como digno de amor e apoio e também ganha confiança em suas habilidades. São vistos como igualmente confiáveis e recompensadores. Uma criança com apego seguro tem mais probabilidade de desenvolver resiliência, independência, controle emocional, empatia, habilidades sociais, emoções positivas e autoestima positiva.

Os autores ressaltam a importância de se ter uma família pela qual se é amado, desde as fases iniciais do desenvolvimento. Um adolescente, que desde sua infância conviveu num ambiente sem amor, carinho, compreensão e os cuidados necessários, ou seja, uma família desestruturada, poderá estar mais suscetível às influências externas negativas, à mercê de amizades que poderão não ser positivas ao seu desenvolvimento, podendo aí surgir uma personalidade antissocial, comprometendo toda sua estrutura.

É perceptível a falta de estrutura em grande parte das famílias, o que as leva a viverem como podem, e não como deveriam ser. As crianças crescem tendo como exemplo pais e mães que consomem álcool, drogas (muitas vezes até na frente desses), que convivem com várias famílias na mesma casa, que discutem frequentemente, se ofendem reciprocamente, se agredem de forma violenta, como se tal contexto familiar fosse natural e sem problema algum de ser presenciado pela criança.

O quadro decorrente das mudanças familiares ao longo do tempo leva a inferir que as famílias estão se desestruturando cada vez mais, já que aparentemente foram se perdendo papéis e funções, os quais anteriormente eram relacionados à família. Logicamente, as mudanças nos contextos familiares ocasionaram grandes avanços para a humanidade, como a independência da mulher, uma contribuição bastante positiva, mas trouxeram também aspectos negativos, como indivíduos sem afeto, individualistas, materialistas e principalmente agressivos.

A violência familiar é algo muito comum nos dias de hoje, sendo amplamente aceita pelos estudiosos a afirmação de que pais que cometem violência entre si na frente dos filhos, estão tornando o filho uma pessoa agressiva em seu futuro.

A explicação mais recorrente sobre o assunto refere-se à reprodução das experiências de violência familiar vividas durante a infância, contribuindo para que se continuem os maus-tratos. Assim, os pais reproduzem os modelos de educação que tiveram em sua infância por ter a visão de que aquilo é correto, e conseqüentemente, irão passar isso aos seus filhos também.

Existem também pais que cometem a violência contra seus próprios filhos, seja ela física, psicológica, sexual ou a negligência. Quanto a isso as conseqüências que virão poderão ser ainda piores, podendo comprometer o desenvolvimento sadio de seus filhos e em alguns casos podendo até levar à morte.

Conclui-se que crianças que passam por algum tipo de violência poderão crescer com sua autoestima baixa, não confiarão nas pessoas, se sentirão confusas com relação a si mesmas, irão refletir o tipo de violência sofrida contra as pessoas que forem conviver, entre muitas outras conseqüências. Infelizmente a violência faz parte do cotidiano da sociedade, sendo vista como um problema de saúde pública. Pode-se dizer que a possibilidade de que seja contornado é muito pequeno, tendo em vista de que a violência depende da convivência familiar de cada um.

Verifica-se que na estruturação familiar, fundamental ao desenvolvimento psicológico saudável da criança, o casal deverá saber distinguir os seus problemas pessoais das necessidades da criança, compreendendo e participando do mundo infantil, aceitando a entrada dos filhos no seu mundo, sem medo, pois o casal preparado para a paternidade reconhecerá que, no desenvolvimento da personalidade dos filhos, o importante é educar sem bloquear, participar sem atrapalhar, proteger sem sufocar e liderar estimulando a independência.

Enfim, chega-se à conclusão de que a família tem uma grande importância na vida do ser humano e na formação de sua personalidade, formando seus conceitos, suas percepções sobre a vida, assim respondendo ao objetivo deste trabalho.

Como sugestão para atender aos problemas descritos é de suma importância intensificar as pesquisas sobre os problemas atuais das famílias no ambiente do Estado e Universitário, gerando profissionais mais qualificados e possibilitando novas formas criativas de atuação junto às famílias e as escolas gerando assim aos professores maior apoio.

ABSTRACT: Currently, the family is understood as a space for development and search for the happiness of its members and it is in this healthy family environment that the individual must be emotionally supported. There are several other models of family, regardless of marriage and biological ties, and their base is affection, which has become the most important pillar for family law. Many changes occur in relation to the child's development and this developmental stage is full of learning, subsidized from the first days of life by the father, mother, in short, by the family. It is important to emphasize the importance of the family in continuing this learning process, which will expand in the first years of school life. The aim of this work was to identify the importance of parents in their children's emotional and personality development. The methodology used in this work was bibliographical. It can be concluded that family structuring, fundamental to the child's healthy psychological development, does not mean requiring the perfection of parents, who never make mistakes with their children, but that the couple has sufficient maturity to recognize and discriminate their misconduct, enabling a continuous improvement in relationships with their children. The sons who have developed a secure connection with their parents tend to develop high self-esteem and better self-confidence as they grow older, already a teenager, who since childhood lived in an environment without love, affection, understanding and necessary care, that is, a dysfunctional family will be more susceptible to negative external influences, at the mercy of friendships that will not be positive for its development, which may result in an antisocial personality, compromising its entire structure.

Keywords: Parents. Emotional development. Personality. Sons.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Teoria do Apego**: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

AFONSECA, S.; MARTINS, A.; PIRES, V. Influência da personalidade do pai na participação da prestação de cuidados ao bebê. **Revista inFormação**, v. 15, n. 15, p. 14–38, 2011.

BARBIERI, V.; PAVELQUEIRES, J. G. Personalidade paterna como fator prognóstico no tratamento da tendência antissocial. **Rev. Paidéia**, v. 22, n. 51, p. 101-110, 2012.

BARRIOS, A. J. M. **Relação entre estilos parentais, personalidade e regulação emocional na condição de bullying em adolescentes**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego.** Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, A. S. C. **A participação da família na educação escolar dos filhos e os direitos da personalidade: entre a conformação do desenvolvimento da pessoa humana e a educação cidadã como prerrogativa do exercício de direitos.** 2018. 132 f. Mestrado (Ciências Jurídicas) – Universidade UNICESUMAR. Maringá, 2018.

MARCELLO, E. **A Formação da Personalidade: a Criança de 1 a 5 Anos.** São Paulo: Ideias & letras, 2013.

MENDES, L.; ROCHA, N. Teoria do Apego: conceitos básicos e implicações para a psicoterapia de orientação analítica. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v.18, n. 3, p. 1-15, 2016.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DIAS, A. C. G. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 29-40, 2013.

RAMIRES, V.; SCHENEIDER, M. Revisitando alguns Conceitos da Teoria do Apego: Comportamento versus Representação? **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 26 n. 1, p. 25-33, 2010.
REIS, S.; PINTO, S. C. O abandono afetivo do filho, como violação aos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 12, n. 2, p. 503-523, 2012.

SANTOS, D. S. O impacto da figura paterna no Desenvolvimento emocional e da Personalidade dos filhos. **Rev. Unoesc & Ciência - ACBS**, v. 7, n. 1, p. 97-104, 2016.

SANTOS, R. B. **A Tutela Jurídica da Afetividade.** Curitiba: Juruá, 2011.

SCAGLIA, A. P.; MISHIMA-GOMES, F. K. T.; BARBIERI, V. Paternidade em Diferentes Configurações Familiares e o Desenvolvimento Emocional da Filha. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 267-278, 2018.

SILVA, H. F.; FABRIZ, D. C. A família e o afeto: O dever fundamental dos pais em dar afeto aos filhos como mecanismo de proteção ao desenvolvimento da personalidade e concretização da dignidade humana. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 36, p. 89-112, 2014.

SILVA, M. R. S.; NUNES, M. E.; RIBEIRO, J. P. A percepção dos pais frente ao seu envolvimento nas atividades com o (s) filho (s). **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 35, n. 1, p. 14-21, 2014.

STEIN, D. **Divórcio dos pais interfere psicologicamente no desenvolvimento humano.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Oeste de Santa Catarina. São Miguel do Oeste, 2014.

VALÉRIO, G. A.; MORAES, R. P. O desenvolvimento da personalidade infantil. **Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2018.

VON FRITSCH, A.; OLIVEIRA, G.; BEHLAU, M. Opinião dos pais sobre a voz, características de comportamento e personalidade de seus filhos. **Rev. CEFAC**, v. 13, n. 1, p. 112-122, 2011.